Estrutura Programática do PEDIP II

Eng. Beja Carneiro

Coordenador de Programas do PEDIP II

The Structure of Programmes within PEDIP II

Na concepção do PEDIP - **Programa Estratégico da Dinamização e Internacionalização da Indústria Portuguesa** foi dada especial atenção não só ao conteúdo de cada uma das acções a apoiar no âmbito do Programa, mas também à articulação entre elas, de modo a que a estrutura programática a criar pudesse compatibilizar objectivos nem sempre facilmente conciliáveis, como sejam a homogeneidade do âmbito das acções a realizar, a clareza para fácil apreensão pelos agentes económicos potenciais utilizadores do Programa e a racionalização das competências e capacidade disponíveis nos Organismos da Administração a envolver na implementação e gestão do Programa.

Assim, procurou-se que a arquitectura do Programa a criar tivesse em conta as seguintes preocupações fundamentais:

- *facilidade de compreensão pelos agentes económicos potenciais promotores de candidaturas ao Programa;*
- *flexibilidade orçamental tendo em vista uma mais fácil adaptação das disponibilidades financeiras do Programa à sua evolução;*
- *clareza na atribuição das responsabilidades de gestão, distribuindo a cada organismo implementador conjuntos coerentes de acções ou medidas.*

Neste contexto a estrutura do Programa assenta em apenas quatro Subprogramas, três operacionais e um de assistência técnica, por forma a garantir a necessária flexibilidade de gestão, cabendo a cada um dos programas operacionais âmbitos distintos, por tipos de entidades, com vista a facilitar a apreensão pelos potenciais promotores.

Assim, enquanto que o primeiro, "Subprograma 1 - Dinamização do Ambiente de Eficiência Empresarial", diz respeito aos incentivos sobre a

envolvente industrial incidindo sobre as infra-estruturas e serviços de apoio à indústria, bem como sobre a Engenharia Financeira, no segundo, "Subprograma 2 - Consolidação e Reforço das Estratégias Empresariais", concentram-se os estímulos aos projectos de desenvolvimento empresarial de iniciativa das empresas industriais, e no terceiro, "Subprograma 3 - Estratégias de Produtividade, Qualidade e Internacionalização", inserem-se as acções voluntaristas promovidas pela Administração para a resolução de falhas de mercado detectadas, que constituam constrangimentos ao desenvolvimento da actividade industrial e para cuja resolução se mostre necessária a iniciativa da Administração, embora com carácter supletivo e em aspectos de natureza específica, quer a nível sectorial, quer estratégico.

Existem, no entanto, algumas vertentes de grande significado em termos de impacto industrial, como sejam a formação, a inovação, a qualidade, a produtividade e o ambiente, cuja abordagem, pelas suas características de horizontalidade ultrapassam a sua explicação de forma directa em medidas específicas do Programa, já que irão ser dinamizadas de forma integrada pela generalidade das medidas contidas nos três subprogramas operacionais.

No que diz respeito especificamente à Formação Profissional a filosofia de projecto integrado que preside às medidas abertas, quer do Subprograma 1, quer do Subprograma 2, impõe que a formação faça parte integrante do projecto em conjunto com as suas outras componentes e seja analisada neste contexto também de forma integrada. No entanto por razões de natureza orçamental e regulamentar, que se prendem com o normativo comunitário e nacional do FSE, optou-se por considerar uma medida específica de formação

em cada um dos Subprogramas sem que isso signifique no caso dos Subprogramas 1 e 2 quebra da perspectiva integrada com que se encaram os projectos candidatos. Assim, não estando prevista a aceitação de candidaturas no âmbito da formação profissional que não inseridas em projectos integrados de desenvolvimento quer de infra-estruturas ou serviços de apoio à indústria, quer de empresas industriais, especial destaque foi dada à componente voluntista da formação, através de uma medida específica inserida no Subprograma 3. Pretende-se fundamentalmente, com esta medida, dinamizar a oferta de certos tipos de formação em áreas específicas de mais fortes carências sentidas pela indústria e onde se verificam falhas de mercado, nomeadamente no âmbito da formação inicial de quadros médios e superiores, incentivando em simultâneo a inserção de quadros altamente qualificados nas empresas, bem como estimular a procura da formação profissional por segmentos de mercados, nomeadamente as PME's que têm demonstrado menor sensibilidade para a importância deste factor de desenvolvimento empresarial.

Também a inovação e o desenvolvimento tecnológico cruza de forma horizontal os três Subprogramas operacionais. Enquanto no Subprograma 1 se estimula o reforço da envolvente industrial, quer na vertente de assistência tecnológica, quer no processo de inovação através da consolidação das infra-estruturas tecnológicas, prevêem-se no Subprograma 2 estímulos específicos às empresas industriais nos seus projectos de I&DT e no Subprograma 3 um conjunto de acções de carácter voluntarista dinamizadoras do aparecimento de novos processos e produtos com interesse para o desenvolvimento industrial e promotoras da transferência de tecnologia do Sistema Científico

e Tecnológico, comunitário e nacional, para as empresas industriais.

No âmbito da qualidade e "design" também os apoios previstos atravessam os três Subprogramas operacionais, quer no que se refere no Subprograma 1 aos estímulos ao reforço e consolidação das infra-estruturas com intervenção neste âmbito, quer no que diz respeito às acções de promoção que nesta área se prevê virem a ser dinamizadas pela Administração dentro do Subprograma 3. Para além disso será exigido que os diagnósticos a apresentar pelas empresas candidatas ao Subprograma 2 cubram necessariamente a análise da sua situação em matéria de qualidade, devendo ser exigida a implementação de um sistema de controlo de qualidade com um conjunto mínimo de requisitos para as empresas que ainda o não possuam.

O incremento da produtividade assume igualmente e de forma determinante uma característica de grande horizontalidade no âmbito de todo o Programa, resultando os seus efeitos da aplicação de um conjunto muito vasto de acções previstas nas várias medidas que constituem os três Subprogramas operacionais, mesmo das que aparentemente possam

não ser identificáveis com este objectivo.

No que se refere ao Ambiente, embora não existindo medidas específicas no Programa visando este objectivo, poder-se-á afirmar que as preocupações ambientais estão presentes de forma abrangente em todas as acções previstas quer, pelo respeito do normativo comunitário e nacional sobre esta matéria, quer pela consonância que procurou criar-se com o Programa Comunitário de Política de Acções para o Ambiente e Desenvolvimento Sustentado, quer ainda pela harmonização que vai ser dada nas acções a desenvolver com a vertente ambiental do Fundo de Coesão. Para além disso o Programa irá dar especial realce no âmbito do Subprograma 1 ao desenvolvimento de infra-estruturas tecnológicas na área do ambiente, estimular e orientar, no âmbito do Subprograma 2, o investimento das industriais para inovação de tecnologias e processos menos poluentes e promover, no âmbito dos Subprogramas 2 e 3, a investigação aplicada para o desenvolvimento de produtos ecológicos e tecnologias mais limpas.

A Engenharia Financeira, que surge como medida autónoma no Subpro-

grama 1, determina a filosofia global dos mecanismos de apoio a utilizar pelo Programa em todas as suas variantes e procura criar condições para estimular as empresas a financiarem adequadamente os seus investimentos reduzindo a dependência da iniciativa do investimento dos incentivos a fundo perdido e facilitando a integração do investimento nas suas várias componentes. Está previsto neste âmbito um conjunto vasto de mecanismos de apoio, que vão dos subsídios a fundo perdido aos subsídios reembolsáveis a taxas reduzidas, passando pelos juros bonificados em certas situações, bem como estímulo à intervenção do sistema financeiro promovendo-se o capital de risco e as obrigações participantes, para além do apoio à constituição de um sistema de caucionamento mútuo que facilite o acesso das PME's ao crédito.

Partindo destes pressupostos e tendo em conta as preocupações atrás referidas definiu-se a estrutura de programas que constitui a base da negociação que se iniciou com a Comissão da Comunidade Europeia podendo, contudo, em resultado desta fase negocial, vir a sofrer alterações. ■

O Laboratório Regional de Metrologia de Lisboa *The Regional Metrology Laboratory of Lisbon*

O LRML (Laboratório Regional de Lisboa), agora instalado no novo edifício da DRIELVT (Delegação Regional da Indústria e Energia de Lisboa e Vale do Tejo) ocupa uma área coberta de 1000 m² e subdivide-se em: Laboratório de Metrologia Dimensional (263 m²); Laboratório de Volume (92,5 m²); Laboratório de Massa (336 m²); Laboratório de Acústica (43,5 m²); Laboratórios de Força e Pressão (54 m²); Laboratório de Temperaturas (53 m²); Laboratório de Pré-embalados (53 m²).

O edifício onde estão instalados os laboratórios tem quatro pisos, um dos quais no subsolo. Na cave ficam os Laboratórios Dimensional, de Volume, de Massa, de Força e de Força e de Pressão, de maiores precisões e exigências em termos de controlo ambiental.

No piso térreo, em condições de fácil acesso para os utentes, estão os outros Laboratórios de Massa e Volume, o banco de ensaios para conta-quilómetros, taxímetros e tacógrafos, bem como o estacionamento e apoio ao camião-padrão. Salas de apoio e oficinas completam o conjunto.

Surgidos na década de 80, os laboratórios metrologicos estão organicamente integrados na Divisão da Metrologia do

Serviço da Qualidade Industrial. Servir a Qualidade e apostar numa maior ligação com as indústrias são o seu papel e vocação.

A DRIELVT tem vindo a intervir, na medida das suas competências e possibilidades no controlo metrologico. Aproveitando a experiência adquirida e os meios disponíveis foi possível também alargar a sua actuação à metrologia voluntária.

Com a instalação do LRML, nas suas várias vertentes, vai ser possível alargar a sua actuação a outros regulamentos de controlo metrologico ou aperfeiçoar a actividade em curso bem como satisfazer as necessidades da indústria, promovendo uma maior interacção com as empresas, objectivo coerente com o propósito da DRIELVT em contribuir para o estabelecimento de «Uma nova cidadania empresarial».

Assim se há áreas inteiramente novas, como a metrologia dimensional ou o controlo de pré-embalados, outras correspondem a um aumento de capacidade de intervenção.

LABORATÓRIO DE ACÚSTICA

Ensaios a efectuar:

- Avaliação de situações de incomodidade;

- Avaliação das exposições diárias ao ruído nos locais de trabalho;
- Determinação de níveis de potência sonora de equipamento;
- Medição de isolamento sonoro de edifícios.

LABORATÓRIO DE CONTROLO METROLÓGICO DE PRÉ-EMBALADOS

O Laboratório de Pré-Embalados é uma unidade destinada essencialmente a apoiar o controlo metrológico dos pré-embalados, efectuados nos embaladores, importadores e no comércio. Nas instalações fixas serão efectuadas medições sobre amostras de produtos que pelas suas características especiais não são susceptíveis de serem controladas no local onde é efectuada a amostragem ou ainda em situações de contencioso, para o que se recorre a um novo controlo sobre a amostra testemunho.

LABORATÓRIO DE PRESSÃO

As verificações e calibrações pressão serão efectuadas nas instalações fixas do Laboratório ou no exterior (quer dos manómetros para verificação da pressão dos pneumáticos de veículos automóveis, quer de qualquer outro manómetro para o qual seja vantajoso que o ensaio ocorra no exterior).

Prevê-se o início da verificação/calibração de esfigmomanómetros.

LABORATÓRIO DE VOLUMES

O Laboratório de Volumes tem uma acção preponderante no domínio da metrologia legal, nomeadamente na execução das seguintes tarefas: controlo metrológico dos recipientes para comercialização de bebidas nos termos da Portaria 305/87; verificação das medidas de volume graduadas usadas em operações de controlo metrológico de conjuntos de abastecimento de combustíveis e de contadores de líquidos usados em aeroportos, portos de mar e entrepostos de venda de combustíveis. Neste domínio enquadram-se as medidas até 20dm³ que serão calibradas no laboratório V1 e as medidas de volume superior a 20dm³ e até 1000dm³ numa primeira fase e posteriormente, se assim for necessário, até 5000dm³, que serão calibradas no laboratório V2.

No seguimento da política da diversificação da actividade dos diversos laboratórios de metrologia da DRIELVT, o Laboratório de Volumes conta ainda ter uma actuação potencialmente alargada, quer em domínios do controlo metrológico que ainda hoje não estão cobertas, tais como o dos Recipientes de Medida de para o leite (Portaria 160/92) e no domínio da metrologia industrial, nomeadamente no apoio à calibração de caudalímetros e contadores de líquidos industriais ou da

área alimentar, óleos, etc. para os quais também não existem recipientes graduados aprovados e calibrados.

LABORATÓRIOS DE MASSAS

Este laboratório tem um papel relevante no domínio da metrologia legal porque lhe compete assegurar a rastreabilidade dos padrões de trabalho usados na verificação de balanças e básculas, em conformidade com as disposições da Portaria 100/86. Nestas instalações conta poder satisfazer os requisitos daquela Portaria que actualmente não se encontram cobertos, nomeadamente a calibração de massas F1, F2, M1 e M2 de alcance superior a 20 kg (até 1000 kg), em conformidade com as normas aplicáveis.

O Laboratório de Massas executa também a calibração de instrumentos de pesagem, no exterior, de todas as classes e alcances subordinadas embora aos meios disponíveis.

LABORATÓRIO PARA VERIFICAÇÃO E CALIBRAÇÃO DE SITÓMETROS

Actualmente não é cumprida a Portaria 27/91, por falta dos meios adequados. O Laboratório de Massa tem vindo a efectuar a verificação e calibração deste tipo de IM recorrendo a um método expedito baseado no ensaio da balança e na verificação das massas e do recipiente de volume constante.

Tendo em vista dar satisfação plena às solicitações das empresas importadoras de cereais e entrepostos, este laboratório conta dispor do equipamento padrão de massa da densidade dos cereais e, numa primeira fase, do equipamento (sitómetro de referência) para avaliar por comparação o estado de calibração dos sitómetros.

LABORATÓRIO DE TEMPERATURA

Prevê-se dar início à aplicação do regulamento do Controlo Metrológico de termómetros clínicos.

Tendo em conta o equipamento de que se irá dispôr é ainda de prever a calibração de termómetros para a indústria nos pontos onde seja possível contar com o equipamento disponível.

LABORATÓRIO DIMENSIONAL

A actuação deste laboratório é inteiramente nova. Propõe-se executar o controlo metrológico de fitas métricas, sondas e outras medidas materializadas de comprimento (novas, reparadas ou em uso) e ainda verificar taxímetros, contaquilómetros e tacógrafos. embora não incluído neste domínio prevê-se ainda a aquisição de equipamento para calibração de conta-impulsos, actividade que está intimamente relacionada com a qualificação de instaladores/reparadores de tacógrafos. ■

**As Infraestruturas Tecnológicas
encontram nesta Revista
o melhor veículo de difusão das suas actividades**

Electricidade

**Uma Revista
para anunciar
o seu Prestígio**

*A Journal
to advertise
your Prestige*